

COMISSÃO PARLAMENTAR DE INQUÉRITO DESTINADA A “ INVESTIGAR O TRÁFICO DE ANIMAIS E PLANTAS SILVESTRES BRASILEIROS, A EXPLORAÇÃO E COMÉRCIO ILEGAL DE MADEIRA E BIOPIRATARIA NO PAÍS.”

REQUERIMENTO

(Do Sr. Sarney Filho)

Requer seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com o cancelamento ou alteração irregular de multas aplicadas pelo IBAMA.

Senhor Presidente,

Requeiro a V. Exa., com fundamento nos artigos 36 e 37 do Regimento Interno, seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com o cancelamento ou alteração irregular de multas aplicadas pelo IBAMA.

Sala das Comissões, em de de 2005.

Deputado Sarney Filho.
Relator da CPIBIOPI



8012859E54

JUSTIFICAÇÃO

Desde o início dos trabalhos desta Comissão Parlamentar de Inquérito, foram feitas diversas denúncias relacionadas ao cancelamento ou alteração de multas aplicadas pelo IBAMA. Segundo os documentos já obtidos e depoimentos prestados por servidores do IBAMA, o sistema informatizado utilizado pela autarquia é falho e permite que pessoas alterem valores ou apaguem multas do sistema sem deixar rastros. Apenas no Pará, mais de cem autuados teriam sido beneficiados pelo esquema.

Diante da gravidade da situação, creio que esta Comissão Parlamentar de Inquérito não deve aguardar a elaboração do relatório final para enviar ao Ministério Público Federal os documentos relacionados a essas denúncias. Afinal, já havendo provas contundentes sobre a existência de um esquema para apagar ou alterar multas do sistema informatizado da autarquia, devemos agora correr contra o tempo para evitar que ocorra a prescrição desses crimes. Vale também dizer que, a cada dia que passa, a União perde milhões de reais em face de um esquema orquestrado para tornar ineficaz as multas aplicadas por fiscais que, no meio da floresta e sem a estrutura devida, arriscam a vida para bem cumprir a lei ambiental.

Ante o exposto, requeiro, com fundamento nos artigos 36 e 37 do Regimento Interno, seja solicitado ao Presidente da Câmara dos Deputados o envio de documentos ao Ministério Público Federal, para a promoção das responsabilidades civil e penal das pessoas envolvidas com o cancelamento ou alteração irregular de multas aplicadas pelo IBAMA.

Sala das Comissões, em de de 2005.



8012859E54

Deputado Sarney Filho
Relator da CPIBIOPI



8012859E54